

# Opinião

**Valor** ECONÔMICO

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

**Diretora de Redação:** Vera Brandimarte  
**Diretora Adjunta de Redação:** Claudia Safatle  
**Conselho Editorial:** Agostinho Cardoso Vieira, Aluizio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, Luís Frias, Nicolino Spina, Otavio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte

## Kirchner sai de um reinado absoluto para a crise política

O reinado absoluto de Néstor Kirchner e sua esposa presidente, Cristina, começou a ruir com a derrota sofrida no Senado argentino na quinta-feira passada. O estilo voluntarista de confronto e a arrogância, marcas da gestão de Néstor, transmitidas à de Cristina, sofreram um duro revés e só se manterão às custas de mais e piores turbulências políticas e econômicas. Em poucos meses, os Kirchner desarranjaram tudo o que construíram ao longo de cinco anos. As maiorias seguras na Câmara e no Senado se fragmentaram durante a crise com os ruralistas, a ponto de a votação do Senado ter sido desempataada pelo vice-presidente, que jogou por água abaixo os planos de impor os impostos à exportação com o seu voto "não positivo". Kirchner conseguiu também desagradar as hostes peronistas, até então sob seu firme comando como presidente do Partido Justicialista. As alas descontentes do partido votaram contra a orientação oficial no Senado e agora pedem um basta nas táticas de imposição vindas da Casa Rosada. Pior que isso, com sua insensibilidade política, Néstor e Cristina conseguiram revitalizar a tênue oposição de Eduardo Duhalde, que vinha falando sozinho até há seis meses e que agora vê crescer significativamente suas chances de galvanizar os descontentes e desafiar a cúpula do partido.

Desnorteados até então pela popularidade de Kirchner e sem perspectivas de união, os partidos de oposição sentem-se agora estimulados a voltarem a ser protagonistas da política argentina. Nesse sentido, é relevante o abalo sentido pelos radicais-K, a dissidência da União Cívica Radical que foi atraída pelo poder até então inquestionável de Kirchner. Como os peronistas aliados ou dissidentes, os radicais-K pedem o fim do estilo autoritário e uma atitude mais receptiva aos diferentes pontos de vista partidários.

Kirchner também controlava com verbas, afagos e porretes os governadores, mas o apoio majoritário que tinha entre eles sucumbiu ante a sólida posição reivindicatória dos agricultores contra os impostos. Entre a insensatez do poder central e a manifestação massiva de uma importante fatia de seu eleitorado, os

governadores das províncias se dividiram. Agora, alguns, como Mario das Neves, governador de Chubut e secretário de coordenação do PJ, pedem moderação ao governo e exigem a cabeça de Alberto Fernández, o chefe-de-gabinete de Cristina, homem forte de Kirchner e um dos responsáveis pelo enfrentamento que culminou com o desastre político no Senado.

Não é muito difícil saber o que deu errado para Cristina Kirchner, mas é muito complicado para os governistas discernir o que pode ser feito para consertar os enormes estragos políticos já causados. Os primeiros sinais emitidos pelas esferas de poder não são animadores. Embora o governo esteja ainda desacomodado, surgem balões de ensaio de que a melhor forma de resgatar a popularidade de Cristina seria uma rodada de aumento de aposentadorias, salários e programas sociais. Aumentos generosos levaram a inflação para cima de 20% e vão elevá-la ainda mais, se o governo não mudar sua política monetária e fiscal.

Na linha oposta, mas com os mesmos efeitos imediatos, há os que pregam correção radical das tarifas do setor público, comprimidas há tempos e fator desestimulante de primeira linha dos investimentos. Embora a descompressão tarifária seja necessária, não é prudente fazê-la de uma só vez e desacompanhada de outras ações de política econômica.

O ambiente para a deterioração do poder político dos Kirchner foi criado pelo aumento da inflação, que não contou com nenhuma resposta ativa do governo — fora a manipulação dos índices de preços. Resolver esse difícil problema sem remendar alianças políticas será tarefa árdua, sejam quais forem as linhas de ação. Dada a tradição argentina, é possível que o grande poder de gravidade do governo central volte a atrair os descontentes. Quase todos, aliados ou oponentes, pediram mudança de estilo e de "homens". A senha para a melhor distribuição de cargos e poder foi dada e, se aceita, cimentará de novo o edifício dos Kirchner. Não é de todo descabido, porém, o cenário em que Cristina e Néstor radicalizem sua política e continuem atecendo fogo às vestes. Em ambos os casos, a Argentina volta a viver tempos difíceis.



## Compensando pela conservação da Amazônica

A criminalização generalizada da agropecuária limita a luta contra o desmatamento. Por **Daniel Nepstad**

A demanda global para carne, grãos e biocombustíveis está crescendo, aumentando os preços dessas commodities a um ritmo vertiginoso. Caso esta tendência se consolide, o resultado será mais desmatamento na Amazônia. Mas esse quadro poderá ser evitado se um novo princípio passar a nortear as estratégias de conservação para a região: o da compensação aos produtores da floresta. Antes de tudo, será necessário premiar quem está defendendo a floresta e cumprindo a lei — seja índio, seringueiro, agricultor ou pecuarista. E o mercado está pronto para pagar a conta dessa premiação.

O Brasil deve se orgulhar das conquistas históricas em prol da conservação da Amazônia. O país tem o maior sistema de áreas protegidas, de terras indígenas e de monitoramento de florestas (este último criado e mantido pelo INPE) do mundo.

No entanto, o desmatamento segue a taxa ainda elevada, gera especialmente pela conversão de florestas em pastagens extensivas. Em parte, este cenário persiste pela falta de um mecanismo que diferencie os produtores rurais "do bem" — que querem cumprir a lei e cuidar da terra — e daqueles "do mal". Enquanto tiver uma criminalização generalizada da agropecuária, o êxito da luta contra desmatamento será limitado.

O primeiro passo para um novo paradigma de conservação que resulte na permanência de grandes áreas de floresta "em pé" é tornar a legalidade mais acessível e fácil de se atingir. Ser legal hoje na Amazônia é quase impossível. Quando a "reserva legal" florestal de propriedades rurais passou de 50% para 80% de cada propriedade, faltou um mecanismo que facilitasse o cumprimento desta nova exigência pelos proprietários. Quem tenta legalizar a sua propriedade enfrenta custos altíssimos, burocracia lenta e, às vezes, corrupção. Hoje, existe a possibilidade de reduzir a reserva legal para 50% no contexto de um Zoneamento Ecológico/Econômico aprovado pelo Estado, que deve ser uma prioridade do governo. O processo de titulação de terras também é um grande obstáculo à legalização. Há, contudo, iniciativas promissoras no Estado do Pará, que está dando passos históricos na legalização fundiária de propriedades.

O segundo passo é ter um sistema eficaz de identificação de pro-

dutores rurais "do bem". O Sistema de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural (SLAPR) do Estado de Mato Grosso é um exemplo importante — embora ainda com deficiências — de licenciamento de terras. Este sistema poderia se tornar uma ferramenta valiosa na identificação de propriedades cujos donos estão buscando a legalidade. Tal sistema, que já conta com o registro de um terço das terras privadas no Estado, precisa, contudo, ser ampliado urgentemente. Isto significa, em primeiro lugar, ter instituições estaduais fortes, especialmente uma Secretaria de Meio Ambiente (Sema) que possa ser ágil, sem perder o rigor.

**É necessário premiar quem busca a legalidade e defende a floresta, seja índio, seringueiro, agricultor ou pecuarista**

O terceiro passo deve ser a premiação dos produtores que estão buscando a legalidade e a responsabilidade sócio-ambiental. Os pecuaristas e agricultores membros do Cadastro de Compromisso Sócio-Ambiental já começam a ter o devido reconhecimento pela opção que fizeram na luta contra a erosão e o incêndio florestais, no tratamento digno dos seus funcionários e na proteção dos seus córregos e rios. Alguns proprietários listados neste cadastro, que é uma iniciativa da Aliança da Terra e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, já estão recebendo pagamentos do Rabobank para a recuperação das suas matas ciliares. O banco holandês, que atua na Amazônia, vai traduzir estes investimentos em créditos de carbono. Além disso, em breve, o Frigorífico Independência começará a pagar um preço maior pelos bovinos criados em fazendas listadas no Cadastro. O Cadastro deve se estender, em breve, para assentamentos agrícolas rurais e para populações indígenas.

Uma vez criadas as condições básicas para se cumprir a lei, premiando os produtores que entram na legalidade e investem na responsabilidade sócio-ambiental, a Amazônia estará pronta para implementar medidas punitivas contra os proprietários ilegais. Os pecuaristas e agricultores legais e responsáveis que estarão sendo premiados irão se tornar aliados chave na identificação e denúncia de

pecuaristas e agricultores que não seguem a lei. Um movimento como este já teve início no nordeste mato-grossense no ano passado, quando pecuaristas listados no cadastro denunciaram grileiros para as autoridades estaduais e federais. Quem desmata ilegalmente, maltrata os seus funcionários e faz uso irresponsável do fogo acaba prejudicando a "imagem" da região, espantando potenciais compradores que estão à procura de uma produção mais sustentável.

Aliado ao novo paradigma de conservação, exposto acima, o Brasil poderia em breve começar a ser compensado pelo "mercado de carbono" para reduzir as suas emissões de carbono para a atmosfera oriundas do desmatamento. O mecanismo "Redd" (Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação florestal) está sendo negociado no âmbito da Conferência sobre Mudança Climática da ONU, e até dezembro de 2009 as negociações devem definir as regras de compensação. Estudo liderado pelo Ipam (www.climadesmatamento.org.br), estima que o Redd poderia dobrar ou triplicar a renda média dos povos da floresta e pagar proprietários rurais pela manutenção das suas reservas legais. Os pagamentos do Redd poderiam equipar o governo federal e estadual para implementar os planos de zoneamento, para montar sistemas de licenciamento ambiental, avançar com o ordenamento fundiário e punir as atividades criminosas. A Noruega já doou centenas de milhões de reais para o Brasil para tocar esta ideia de compensação por redução de desmatamento para frente.

Talvez o caminho de curto prazo para um novo paradigma de conservação para a Amazônia deva passar pelo estabelecimento de uma moratória de desmatamento na Amazônia para os próximos dois anos. Neste período, poderia se dar início a uma negociação entre os povos da floresta, agricultores e os pecuaristas "do bem", junto com a sociedade civil e o governo, a definição das regras de um programa Redd e os mecanismos de distribuição dos benefícios gerados pelo mercado de carbono.

**Daniel Nepstad** é cientista sênior do Woods Hole Research Center, professor e doutor em ecologia florestal pela Universidade de Yale.

**Valor Econômico S.A.** Av. Jaguaré, 1485, 1º andar — São Paulo — SP — CEP 05346-000 Telefone 0 xx 11 3767 1000  
 Departamentos de Publicidade SP 0xx113767 1205; DF 0xx213521 1417; DF 0xx613717 3333.  
 Redação 0 xx 11 3767 1000 Fax 0 xx 11 3767 1348 Endereço eletrônico www.valoronline.com.br

**Para venda de assinaturas e atendimento ao assinante ligue:**  
 (11)2199-2199 (Grande São Paulo) ou 0800 7018888 (demais localidades) de segunda a sexta das 07h às 19h30.  
**assinaturas@valor.com.br - atendimento@valor.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br.**

**Conselho de Administração**

Antonio Manuel Teixeira Mendes  
 Luís Frias  
 Paulo César Pereira Novis  
 Roberto Irineu Marinho

**Diretor-presidente**

Nicolino Spina  
 (nicolino@valor.com.br)

**Diretor Financeiro**

Carlos Alberto Arroyo Ponce de Leon  
 (carlos.ponce@valor.com.br)

**Diretor de Publicidade Noticiário**

André Chaves de Moraes Leme  
 (andre.chaves@valor.com.br)

**Diretora Adjunta de Publicidade Legal**

Andréa Flores  
 (andrea.flores@valor.com.br)

**Diretor de TI**

Oziris de Oliveira Filho  
 (oziris@valor.com.br)

**Diretora de Assuntos Jurídicos e RH**

Daphne Murahoschi Sancovsky  
 (daphne@valor.com.br)

**Diretor de Circulação**

Marcos Rodrigues  
 (marcos.rodrigues@valor.com.br)

**Cerente de Marketing**

Eduardo Guterman  
 (eduardo.guterman@valor.com.br)

**Diretora de Redação**

Vera Brandimarte  
 (vera.brandimarte@valor.com.br)

**Diretora de Projetos Editoriais**

Rosvita Sauseress Laux  
 (rosvita.laux@valor.com.br)

**Diretor Adjunto de Projetos Editoriais**

Carlos Raíces  
 (carlos.raices@valor.com.br)

**Editores-executivos**

José Roberto Campos  
 (jose.campos@valor.com.br)

**Secretária de Redação**

Célia de Gouvêa Franco  
 (celia.franco@valor.com.br)

**Editora de Brasil**

Denise Neumann  
 (denise.neumann@valor.com.br)

**Editores-assistentes de Brasil**

Arthur Pereira Filho  
 (arthur.pereira@valor.com.br)

**Editora de Política**

Maria Cristina Fernandes  
 (mcris.fernandes@valor.com.br)

**Editora-assistente de Política**

Denise Arakaki  
 (denise.arakaki@valor.com.br)

**Editor de Internacional**

Humberto Saccomandi  
 (humberto.sacomandi@valor.com.br)

**Editora de Opinião**

Maria Inês Nassif  
 (maria.nassif@valor.com.br)

**Editora de Finanças**

Maria Christina Carvalho  
 (maria.carvalho@valor.com.br)

**Editor-assistente de Finanças**

José Mauro Arêx  
 (mauro.arbox@valor.com.br)

**Editores de Empresas**

Cynthia Malta  
 (cynthia.malta@valor.com.br)

Ivo Ribeiro  
 (ivo.ribeiro@valor.com.br)

**Editor-assistente de Empresas**

Nelson Niero  
 (nelson.niero@valor.com.br)

**Editores-assistentes de Empresas**

Carlos Prieto  
 (carlos.prieto@valor.com.br)

Itlon Caldeira  
 (ilton.caldeira@valor.com.br)

**Editor de Agronegócios**

Fernando Lopes  
 (fernando.lopes@valor.com.br)

**Editora-assistente de Agronegócios**

Aldia Amorim Rocha  
 (aldia.rocha@valor.com.br)

**Editor de Investimentos Pessoais/Carreiras**

Angelo Pavini  
 (angelo.pavini@valor.com.br)

**Editora-assistente de Carreiras**

Stela Campos  
 (stela.campos@valor.com.br)

**Editora-assistente de Investimento**

Luciana Monteiro  
 (luciana.monteiro@valor.com.br)

**Editora de Consumo**

Angela Klínke  
 (angela.klinke@valor.com.br)

**Editora de Projetos Especiais**

Célia Rosenblum  
 (celia.rosenblum@valor.com.br)

**Editora de Legislação e Tributos**

Cristine Prestes  
 (cristine.prestes@valor.com.br)

**Editor de Arte/Fotografia**

Silas Botelho Neto  
 (silas.botelho@valor.com.br)

**Editor-assistente de Arte**

Renato Brandão  
 (renato.brandao@valor.com.br)

**Editora Valor Online**

Paula Cieto  
 (paula.cieto@valor.com.br)

**Diretora de Redação Adjunta**

Claudia Safatle  
 (claudia.safatle@valor.com.br)

**Chefe da Redação em Brasília**

Rosângela Bittar  
 (rosangela.bittar@valor.com.br)

**Chefe da Redação no Rio de Janeiro**

Heliosa Magalhães  
 (heliosa.magalhaes@valor.com.br)

**Repórteres Especiais**

Cristiano Romero  
 (cristiano.romero@valor.com.br)

Monica Izaguirre  
 (monica.izaguirre@valor.com.br)

Raquel Balari  
 (raquel.balari@valor.com.br)

Raymundo Costa  
 (raymundo.costa@valor.com.br)

Sérgio Leo  
 (sergio.leo@valor.com.br)

Vera Saavedra Duro  
 (vera.saavedra@valor.com.br)

**Correspondentes Internacionais**

Assis Moreira  
 (assis.moreira@valor.com.br)

James Rocha  
 (james.rocha@valor.com.br)

Ricardo Balthazar  
 (ricardo.balthazar@valor.com.br)

**Correspondentes nacionais**

Ivana Moreira  
 (ivana.moreira@valor.com.br)

Mari Lima  
 (mari.lima@valor.com.br)

**Raquel Salgado (Salvador)**

(raquel.salgado@valor.com.br)

**Sérgio Bueno (Porto Alegre)**

(sergio.bueno@valor.com.br)

**Vanessa Jurgenfeld (Florianópolis)**

(vanessa.jurgenfeld@valor.com.br)

**Sucursal de Brasília**

SRTVN Quadra 701 - Módulo C

Centro Empresarial Norte - sala 801 - Bloco B

CEP 70719-900

**Sucursal do Rio de Janeiro**

Rua Irineu Marinho, 35 - Mezanino

CEP 20230-023

**Publicidade - Outros Estados:**

**BA/SE - Canal Chetto Comun. e Representação**

Tel./Fax: (71) 2102-2670

**Intor de SP**

**Grnetto - Mídia**

Tel.: (16) 3911-3025/3913-4704 - Ribeirão Preto

Tel.: (14) 3227-0378/9131-0378 - Bauru

**M Mardegan Representações Com**

Tel.: (19) 3284-4691/9635-5606/9251-7817

Campinas - Vale do Paraíba

**CE/PI/MA - Dialogar Propaganda & Marketing**

Tel./Fax: (85) 3264-7342

**MG/ES - Sat Propaganda**

Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441

**MT/MS/GO/TO - Agronegócios Comunicação**

Tel.: (65) 3641-8568/7235-7446

**PA/AP/AM - Top 2 Comunicação e Marketing**

Tel./Fax: (91) 3249-3103/3249-9197

**PE/PR/RN/AL - Franccisa & Pellegrino Repres. Ltda**

Tel./Fax: (81) 9954-3831/3227-4474/3071-1794

**PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização**

Tel./Fax: (51) 3231-6287/3219-6613

**RS - HRM Representações**

Tel./Fax: (51) 3231-6287/3219-6613

**SC - Marcucci&Gondran Associados**

Tel./Fax: (48) 3333-8497/3333-8497

**EUA - Multimídiausa, Inc.**

Tel./Fax: 1-407-903-5000/1-407-363-9809

US Toll Free: 1-800-985-8588

**Aviso**

O assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.

**Preço de Assinaturas**

Para todo o Território Nacional (R\$)

18 Meses 12 Meses 6 Meses

1.134,00 756,00 378,00

\*Valor\* oferece preços especiais para assinaturas no segmento "Corporate".

**FILIADO AO: IVC (Instituto Verificador de Circulação)**

e **ANJ (Associação Nacional de Jornais)**